



CONTRATO Nº 042/CEGÁS/2023
PROCESSO SCDOC Nº 9516//2023

**CONTRATO DE PATROCÍNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ -
CEGÁS, E O PATROCINADO BNB CLUBE DE
FORTALEZA, PARA OS FINS NELE INDICADOS.**

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, situada em Fortaleza - Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475 - Bairro José de Alencar, CEP.: 60.830-005, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 73.759.185/0001-96, doravante designada simplesmente CONTRATANTE ora PATROCINADOR, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Leandro Petsold dos Santos Araújo** e a Diretor-Presidente **Miguel Antonio Cedraz Nery**, devidamente nomeados pelo Conselho de Administração desta Companhia, obedecendo assim os critérios estabelecidos no Estatuto Social da CEGÁS, e a entidade **BNB CLUBE DE FORTALEZA**, com sede na Avenida Santos Dumont, 3646 - Bairro Aldeota - CEP: 60.150-162, Fortaleza - Ce., Fone: (85) 9.9627-67.62, inscrita no CNPJ sob nº 07.349.939/0001-05, doravante designada simplesmente CONTRATADO ora PATROCINADO, neste ato, representada pelo(a) Presidente **José Maurício de Lima da Silva**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza - Ceará, doravante designada simplesmente CONTRATADO(A) ora PATROCINADO(A), RESOLVEM celebrar este contrato, em conformidade com as disposições contidas no processo administrativo, mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento o § 3º do Art. 27 da Lei 13.303/2016, Inciso II, §§ 1º e 2º, Decreto nº 34.567/2022, Lei 15.700/2014, independente de transcrição, e na Proposta Administrativa de Patrocínio, que constitui parte integrante e complementar deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato o Patrocínio ao projeto "**Vôlei Feminino BNB Clube**", conforme especificações constantes no processo administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O patrocínio é firmado no valor, fixo e irrevogável, de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, provenientes de incentivo fiscal, destinado exclusivamente aos fins previstos na cláusula segunda deste instrumento, e será repassado mediante crédito em conta corrente a ser formalmente indicada pelo(a) PATROCINADO(A).

3.2. O desembolso do valor ajustado na presente cláusula será originado de incentivos fiscais.

3.3. A liberação dos recursos dar-se-á mediante o atendimento das seguintes exigências:

- a) Apresentação da certidão negativa de débitos relativos a tributos federais, estaduais, municipais, trabalhistas, certidão de regularidade junto ao FGTS do(a) PATROCINADO(A), bem como com a situação regular junto ao SERASA;
- b) Assinatura do presente contrato por ambas as partes;
- c) Publicação do contrato no Diário Oficial do Estado (DOE).
- d) Apresentação pelo beneficiário do CEFIC (Certificado de Incentivo Fiscal) emitido pela SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ;
- e) Verificação do limite de 2% do ICMS mensal apurado pela contabilidade da CEGÁS.

3.4. É vedado ao (à) PATROCINADO(A) promover aplicação financeira dos recursos de que trata esta Cláusula, os quais devem ser integralmente revertidos para o cumprimento do objeto do presente Contrato de Patrocínio.

DS
MD/DS

DS
LPSA

DS
MAGN



3.5 O depósito poderá ocorrer ainda de forma parcelada até o prazo de validade do CEFIC correspondente, mediante a verificação dos limites apurados pela GCONT, bem como pela conveniência e disposição orçamentária da CEGÁS.

CLÁUSULA QUARTA – DO PERÍODO VIGÊNCIA E DE REALIZAÇÃO DO PROJETO

4.1. O prazo de vigência contratual é de **14 (quatorze) meses** contados a partir da data da celebração deste instrumento contratual.

4.2. O prazo de execução do presente contrato é de **12 (doze) meses** contado após publicação no DOE o extrato deste instrumento contratual, prazo este em que o objeto a ser executado deverá ser realizado.

4.3. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 e 72 da Lei Federal nº 13.303/2016 e do art. 167 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O PATROCINADOR realizará o pagamento através de depósito bancário do valor do patrocínio na **agência bancária nº 1888, operação 003, conta corrente nº 4709-7 do banco 104 - Caixa Econômica Federal - CEF** em favor da CONTRATADA.

5.4. Só poderão ser beneficiados com o patrocínio pela CEGÁS os proponentes que estiverem regulares conforme a Cláusula 3.3. Exigências necessárias, também, para a liberação de parcelas, quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. O **PATROCINADO** obriga-se a:

6.1.1. Não ceder ou transferir os direitos oriundos deste contrato a terceiros, sem a autorização expressa e por escrito do PATROCINADOR.

6.1.2. Em contrapartida, o (a) **PATROCINADO(A)** se compromete a garantir ao **PATROCINADOR**, durante o período de realização do projeto, o seguinte:

a) Aplicação da marca CEGÁS em qualquer peça como banners, panfletos, folders, cartazes, camisetas promocionais, mídia eletrônica, convites, ingressos e demais formas de divulgação em geral;

b) Distribuição de material promocional próprio;

c) Referência à CEGÁS como patrocinadora em todas as reportagens sobre o projeto, seus espetáculos e matérias em mídia espontânea – impressa, radiofônica e televisiva, bem como em eventuais locuções em eventos;

d) Veiculação, em eventos, de vinheta audiovisual e/ou sonora da CEGÁS, quando for o caso;

e) Utilização do projeto e suas imagens em campanhas institucionais e outras divulgações realizadas pela CEGÁS.

6.1.3. Apresentar relatório com todo o material promocional e de divulgação do evento para ciência e aprovação da CEGÁS e recibo de demonstrativo da realização do objeto contratual para prestação de contas.

6.1.4. Responsabilizar-se por todas as ações necessárias à boa execução do evento/projeto;

6.1.5. Prestar contas, no prazo e na forma estabelecidas na Cláusula Sétima;

6.1.6. Fornecer registros comprobatórios da realização do objeto deste contrato de Patrocínio, em até 48 (quarenta e oito) horas da solicitação, quando requerido pelo PATROCINADOR, sem prejuízos da comprovação exigida a título de prestação de contas (Cláusula Sétima);

6.1.7. Responder por eventuais ações judiciais ajuizadas por terceiros em decorrência de violações de direitos autorais ou de imagem, de veiculação de informações inconsistentes ou fornecidas indevidamente, de quaisquer pleitos de sócios, dirigentes ou funcionários da Patrocinada, bem como requer a exclusão do Patrocinador dos processos e arcar com quaisquer valores a que este seja eventualmente condenado em virtude de tais demandas;



6.1.8. Obter o prévio e expresso consentimento do PATROCINADOR para eventual publicidade de quaisquer relatórios, ilustrações ou detalhes relacionados ao objeto do instrumento específico de contratação.

6.1.9 Apresentar à CEGÁS e à secretaria estadual correspondente informações semestrais e relatórios de execução, com fotos e/ou vídeos, detalhando as ações e itens realizados por meio de documentos hábeis à verificação, preferencialmente por meio digital.

6.2. O PATROCINADOR obriga-se a:

6.2.1. Efetuar o depósito referente ao patrocínio do objeto contratual, nos termos da Cláusula Quinta deste termo;

6.2.2. Fiscalizar o cumprimento do objeto deste contrato, exigindo que o mesmo seja prestado dentro de elevado padrão de qualidade; e

6.2.3. Não ceder ou transferir os direitos oriundos deste contrato a terceiros, sem a autorização expressa e por escrito do PATROCINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. O PATROCINADO(A), no prazo de 40 (quarenta) dias da realização do projeto, deverá apresentar ao PATROCINADOR a comprovação da realização da iniciativa patrocinada e das contrapartidas previstas na Cláusula Sétima deste contrato. Tal constatação pode ser representada pelos meios abaixo, conforme o caso:

- a) Exemplares de peças gráficas;
- b) Arquivo eletrônico (DVD, CD, PENDRIVE);
- c) Trecho de registro audiovisual do evento;
- d) Prints de site, jornais, redes sociais ou releases na imprensa demonstrando citações ao nome da CEGÁS;
- e) Fotografias que contenham as contrapartidas de imagem(logo) em objetos físicos, gráficos, peças ou espaços utilizados pela CEGÁS;
- f) Exemplares de notas fiscais, faturas ou recibos de serviços usados pela entidade.

7.2. A CEGÁS se reserva o direito de aceitar outras formas de comprovação de execução das contrapartidas, diferentes das previstas nesta Cláusula, desde que aprovadas pelo Gestor ou Fiscal do Contrato.

7.3 Quando do recebimento do valor depositado pela CEGÁS, emitir recibo no valor recebido em conta específica do projeto verificando a competência da dedução do ICMS junto à CEGÁS.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por agente público da CEGÁS especialmente designados, quando da aprovação da assinatura do contrato.

8.2. O gestor e o fiscal do contrato, com a indicação da função exercida, serão nomeados pela Diretoria Executiva da CEGÁS, por meio de Ata de Reunião, nos termos do § 1º do art. 196, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILCS da CEGÁS.

8.3. O PATROCINADO é responsável pela condução do projeto objeto deste patrocínio e o orientador ou executor das ações que objetivam a completa execução do objeto ora patrocinado;

8.3.1. O PATROCINADO reconhece o direito de o PATROCINADOR fiscalizar a qualquer tempo, através dos representantes acima citados, a execução do projeto ora patrocinado, estando autorizados, desde a assinatura do presente instrumento, a fiscalização local e o acesso a documentos necessários ao cumprimento desta finalidade;

8.3.2 Compete ao representante do PATROCINADO manter perfeito e permanente intercâmbio de informações com o PATROCINADOR sobre a execução das atividades atinentes a este Contrato de Patrocínio;

DS
MDWS

DS
LPSA

DS
MARC



8.3.3. Decorrente da fiscalização exercida pelo(s) representante(s) do PATROCINADOR, este poderá, quando julgar conveniente, reorientar ações e acatar, ou não, as justificativas relacionadas a qualquer alteração porventura dada ao projeto;

8.3.4. A faculdade referida no subitem anterior não afasta e nem isenta o PATROCINADO da responsabilidade de atuar para o cumprimento do projeto, possuindo autonomia para a prática de atos lícitos na busca do resultado final da obrigação que ajusta neste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES

9.1. O PATROCINADO assume, exclusivamente, os riscos e as despesas decorrentes do evento/projeto ora patrocinado;

9.2. O PATROCINADOR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo(a) PATROCINADO(A) com terceiros, nem lhe serão atribuídos quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, cujas responsabilidades caberão exclusivamente ao PATROCINADO(A).

9.3. O(A) PATROCINADO(A) deverá devolver à CEGÁS, imediatamente após sua ciência do fato, a quantia referente a parcela recebida a título de patrocínio, caso o evento aqui previsto, por qualquer motivo deixe de ocorrer.

9.4. O(A) PATROCINADO(A) deverá comunicar a CEGÁS, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o adiamento ou não realização do evento, cabendo à esta a aceitação ou não dos argumentos apresentados, e caso não sejam aceitos, o patrocinado deverá devolver a quantia referente a parcela recebida, devidamente corrigida pelo IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

10.1. A Entidade Beneficiária (executora) do projeto declara que não se encontram em situação de mora ou inadimplência perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta. Declaram também que não existe sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos das entidades ou de seus dirigentes, que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho adolescente (salvo na condição de aprendiz), trabalho escravo (ou análogo), assédio moral ou sexual, proveito criminoso da prostituição, ou crime contra o meio ambiente, salvo se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Entidade BENEFICIÁRIA (ou seus dirigentes), observado o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

11.1. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:

a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CEGÁS e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CEGÁS, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CEGÁS. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CEGÁS, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações. A CONTRATADA não deverá repassar

DS
MDDS

DS
LPSA

DS
MACN



ou disponibilizar os dados pessoais passados pela CONTRATANTE para qualquer terceiro sem a sua prévia e expressa anuência.

d) Caso necessários, auxiliar a CEGÁS na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei. A CONTRATADA deverá cooperar com a CONTRATANTE e tomar todas as medidas cabíveis para auxiliar o CONTRATANTE e as autoridades competentes a investigar, mitigar e remediar o incidente ocorrido. Cada parte deve manter todas as informações deste Contrato sob sigilo e não deve compartilhar e disponibilizar tais informações com terceiros sem a prévia autorização expressa da outra parte.

e) Conforme previsão legal, fornecer informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, conforme diretrizes do Controlador dos dados.

f) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CEGÁS assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CEGÁS. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

g) Garantir que o titular dos dados pessoais possa revogar o consentimento para tratamento de seus dados pessoais, a qualquer tempo, por e-mail ou por carta escrita, conforme o artigo 8º, § 5º, da Lei nº 13.709/2020. Mas, o Titular deve ficar ciente de que a Controladora poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades:

i) Para cumprimento de obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva da categoria da Controladora;

ii) Para procedimentos de admissão e execução do contrato de trabalho, inclusive após seu término;

iii) Para cumprimento, pela Controladora, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;

iv) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;

v) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;

vi) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;

vii) Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CEGÁS, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

11.2. Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CEGÁS para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

11.3. A CONTRATADA deverá notificar a CEGÁS em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pelo CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

11.4. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CEGÁS e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pelo CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

DS
MDDS

DS
LPSA

DS
MACN



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ÉTICA E INTEGRIDADE / CONFORMIDADE

12.1. A CONTRATADA deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se em não praticar quaisquer atos lesivos à CEGÁS, estando ciente das penalidades previstas na referida legislação, além daquelas cominadas na Lei nº 13.303/16 e outras normas de licitações e contratos aplicáveis à CEGÁS.

12.2 A CONTRATADA deverá pautar sua atuação nos princípios éticos e compromissos definidos no "CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE" da CEGÁS, disponível para download no sítio eletrônico da CEGÁS. Dessa forma, não caberá ao CONTRATADA quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei nº 12.846/2013.

12.3 A CONTRATADA, sem excluir o dever da CEGÁS, está obrigado a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.

12.4 A CONTRATADA se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na CEGÁS, dentre os quais:

- a. <https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/ouvidoria>;
- b. ouvidoria@cegas.com.br;
- c. Telefone ouvidoria: (85) 3266.6924;
- d. comissao.etica@cegas.com.br;
- e. cae@cegas.com.br;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ANTICORRUPÇÃO

13.1 Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as Partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido no Código de Conduta e Integridade da CEGÁS, disponibilizado no sítio eletrônico desta Companhia, assim como com o estabelecido na Lei Nº 12.846, de 01/08/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

13.2 As Partes declaram, na data de entrada em vigência deste Contrato, que as mesmas, seus diretores, executivos ou empregados não ofereceram, prometeram, deram, autorizaram, solicitaram ou aceitaram qualquer valor pecuniário indevido ou outra vantagem de qualquer tipo (ou que tenha ficado implícito que irão ou poderão fazer qualquer coisa desta natureza a qualquer momento no futuro) de alguma forma relacionada ao Contrato e que tomaram as medidas razoáveis para prevenir subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeito ao seu controle ou à sua influência de fazê-lo.

13.3. As Partes concordam que, em todos os momentos relacionados com este Contrato, ao longo de sua vigência e após, nenhuma das Partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis nacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência determinante ajam da mesma forma.

13.4. As Partes declaram que vedarão as práticas seguintes a qualquer momento e de todas as formas, em relação a prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência, funcionários públicos a nível internacional, nacional ou local, partidos políticos, partidos oficiais ou candidatos a cargos políticos, diretores, executivos ou empregados de partidos, quer estas práticas sejam envolvidas direta ou indiretamente, inclusive através de terceiros:

- a) Suborno: é o ato de oferecer, prometer, dar, autorizar ou aceitar qualquer valor indevido ou outras vantagens, por ou para qualquer das pessoas acima listadas ou para qualquer outra pessoa a fim de obter ou reter o negócio ou outras vantagens impróprias, em conexão com contratos públicos ou privados, licenças regulatórias, tributação, taxas alfandegárias, procedimentos judiciais e legislativos. A prática de suborno não se limita ao descrito, mas frequentemente inclui:



- i) repasse de parte do pagamento do contrato a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais ou aos empregados da outra Parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios, ou,
- ii) O uso de intermediários como agentes, subcontratadas, consultores ou outros terceiros, para canalizar o pagamento a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais, ou aos empregados da outra parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios.

b) Extorsão ou Solicitação: é a exigência de um suborno, seja ou não acoplado a uma ameaça se a exigência é recusada. Cada parte se oporá a qualquer tentativa de extorsão ou solicitação e é encorajada a reportar tais tentativas através dos meios formais ou informais de comunicação, a menos que tal relatório seja considerado contraproducente dadas as circunstâncias.

c) Tráfico de Influências: é o ato de oferecer ou solicitar uma vantagem indevida por meio do exercício de influência imprópria, real ou suposta com o objetivo de obter uma vantagem indevida para si ou para qualquer outra pessoa.

d) Lavagem dos proventos das práticas corruptas acima mencionadas: é a ocultação ou disfarce da origem ilícita, da fonte, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, sendo que tal propriedade é produto de crime. Em respeito aos terceiros, sujeitos ao controle ou influência determinante de uma Parte, incluindo, mas não limitado aos fiscais do Contrato, agentes, consultores de desenvolvimento de negócios, representantes de vendas, agentes aduaneiros, consultores gerais, revendedores, subcontratadas, franqueados, advogados, contadores ou intermediários similares, atuando a favor da Parte no que diz respeito ao marketing ou vendas, a negociação dos contratos, a obtenção de licenças, permissões ou outras autorizações, ou qualquer ação que beneficie a parte ou os subcontratadas, as Partes se comprometem a instruí-los a:

- i. não participar ou tolerar qualquer ato de corrupção;
- ii. não usar suas posições para a condução de práticas de corrupção; contratá-los apenas na extensão necessária para a condução regular dos negócios das Partes;
- iii. não pagar mais do que a remuneração adequada ao legítimo serviço.

13.5. O descumprimento dos deveres estipulados nos itens antecedentes ensejará a abertura de procedimento administrativo contraditório para apurar a conduta da Parte que violar o referido dispositivo. Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nestas cláusulas, a Parte poderá notificar a outra Parte e exigir que essa Parte tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável. Se a Parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa provando que quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupções, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.

13.6. Se nenhuma medida corretiva for tomada, a Parte notificante poderá, a seu critério, independentemente às providências descritas no item acima, suspender o contrato ou encerrá-lo, considerando que todo o montante contratualmente até a suspensão ou término do Contrato continuarão devidos, na medida do permitido pela lei aplicável.

13.7. Além do disposto acima, após a apuração dos fatos pela CEGÁS, o resultado será publicado no Diário Oficial, dando-se ciência ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à PGE para eventuais medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes penalidades:

I – Advertência: Repreensão por escrito imposta ao PATROCINADO(A) por falta leve na execução do contrato;

II – Multas, estipuladas na forma do subitem 14.4., deste contrato.

III – suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a CEGÁS pelo prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

DS
UPSA

DS
MACN



14.2. As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 14.1, deste contrato, poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

14.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das cláusulas contratuais.

14.4. A multa aplicável será aplicada da seguinte forma:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso do reembolso da parcela recebida até o 30º (trigésimo) dia, sobre este valor;
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso do reembolso da parcela recebida superior a 30 (trinta) dias, sobre este valor. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela recebida, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência;

14.5. A(s) multa(s) a que porventura o PATROCINADO(A) der causa será(ão) cobrada(s) através de documentos de cobrança, reservando-se a CEGÁS o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

14.5.1. O PATROCINADO(A) recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão PATROCINADOR. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.6. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

14.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução do objeto do contrato, este deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada a multa.

14.8. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato pelo PATROCINADO(A) ensejará sua rescisão pela CEGÁS, com as consequências previstas neste Contrato e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

15.2. Considera-se em mora o PATROCINADO(A), pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

15.3. Constituem motivo para a rescisão do contrato:

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

IV – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;

V – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VI – A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal do(a) PATROCINADO(A);

VII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato;

VIII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a PATROCINADOR e exaradas no processo administrativo a que se refere neste contrato;

IX – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do Patrocínio, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;



X – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XI – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

15.4. A rescisão deste contrato poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a VIII e XI do subitem anterior;

II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;

III – Judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMASEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do PATROCINADOR, e do qual se extraíram 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza/CE., 12 de junho de 2023 | 13:50 BRT

DocuSigned by:
Miguel Antonio Cedraz Nery
37CBB121D5064F5
MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY
Diretor-Presidente
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:
Leandro Petsold dos Santos Araújo
B5C9C0504B57454
LEANDRO PETSOLD DOS SANTOS ARAÚJO
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:
José Mauricio de Lima da Silva
D131F652831B48A
JOSÉ MAURÍCIO DE LIMA DA SILVA
Presidente
BNB Clube de Fortaleza

TESTEMUNHAS:

DocuSigned by:
Eloá Vieira de Macedo
6E76CA30F62443C...

NOME: Eloá Vieira de Macedo

CPF: 026.606.593-70

DocuSigned by:
Paulo Sérgio Souto Mota
8EF278BD930E421...

NOME: Paulo Sérgio Souto Mota

CPF: 35985380300

